



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

A SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, UMA INSTITUIÇÃO SECULAR AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - UM APONTAMENTO SOBRE SUA FUNDAÇÃO.

MAGALHÃES, Justino Pereira de

Ano: 1995 | Número: 105

Como citar este documento:

MAGALHÃES, Justino Pereira de, A Sociedade Martins Sarmiento, uma Instituição Secular ao Serviço da Educação e da Cultura - um apontamento sobre sua fundação. *Revista de Guimarães*, 105 Jan.-Dez. 1995, p. 271-288.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A Sociedade Martins Sarmiento, uma instituição secular ao serviço da educação e da cultura.

– Um apontamento sobre sua fundação

Justino Pereira de Magalhães*

Revista de Guimarães, n.º 105, 1995, pp. 271-288

1. PARA UMA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS

A história das iniciativas particulares e societárias para o desenvolvimento da cultura e da educação, como também a história das instituições que fizeram e fazem da assistência social o seu principal campo de acção, está em grande parte por escrever, em Portugal. No que se refere à história da educação, seja no plano da educação pública e do próprio sistema educativo, seja no plano da educação particular e doméstica, há uma grande lacuna historiográfica que impede uma visão sistemática e crítica da realidade educacional. Mas não apenas a História da Educação, também a História da Cultura, a da integração e das identidades locais e regionais se ressentem de um vazio que resulta de um desconhecimento das estruturas e forças de mobilização local – a História de Guimarães não pode ser escrita à margem Sociedade Martins Sarmiento.

Tem-se escrito que, em Portugal, no domínio da educação, a iniciativa particular, ou livre, esteve, de uma forma geral, muito dependente das oportunidades, apoios e controlo estatais, pelo que

* Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.

não constituiu, alternativa, nem um movimento com relevo histórico, senão enquanto complemento estatal. É no entanto uma temática sobre a qual recaem grandes lacunas de informação, pois que a esta visão incompleta, conformadora e convergente das iniciativas educacionais, tem correspondido uma construção historiológica meta-ideal, insensível e aniquiladora das assimetrias, das conflitualidades e das particularidades no sentido da autonomia, de que se revestem as iniciativas educacionais, ainda que focalizadas e contextualizadas num tempo e num espaço e ainda que implementadas sob a forma de legado. Com efeito, do mesmo modo que os legatários a quem sempre fora conferida uma grande margem de liberdade para estabelecerem condições e regras de aplicação dos seus legados, nos domínios da educação e da cultura, incluindo a designação dos respectivos agentes de execução e de realização, também as associações culturais puderam criar os seus regulamentos, definir as suas próprias estratégias e objectivos, seleccionar e recrutar criteriosamente os seus agentes e o seu público.

Neste sentido, a riqueza das iniciativas de carácter particular ou grupal, no domínio da educação não se esgota numa análise e numa hermenêutica que tomem por referencial básico a causa pública, designadamente a política estatal de educação, mas carecem de uma análise mais profunda, indagando dos seus móbeis, objectivos e meios de realização, integrados no seu próprio contexto. A história das iniciativas de carácter particular não se constrói erigindo-as como complemento, prolongamento ou substituição da acção pública.

É assim a história da Sociedade Martins Sarmiento, uma instituição secular ao serviço da educação e da cultura, cujo primeiro ciclo existencial procuraremos analisar nesta breve comunicação. Com efeito, como procuraremos demonstrar, ao perfazer cerca de dez anos de intensa actividade voltada para a acção educacional directa, a Sociedade Martins Sarmiento, com um balanço altamente positivo da sua acção, encetava novas estratégias para a consecução de um mesmo rumo a promoção da educação e da cultura.

2. SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO EM GUIMARÃES

As últimas décadas do século XIX, em Portugal ficaram marcadas por uma maior sensibilidade às questões da instrução pública, designadamente ao nível da instrução elementar, tendo os seus principais estadistas deixado o nome vinculado a iniciativas de carácter legislativo, tendentes ao incremento da instrução pública. Mas se este é um dos sinais históricos que melhor define a segunda metade de Oitocentos, outro não podem deixar de ser as múltiplas iniciativas de carácter local, iniciativas de natureza individual e associativa. Um movimento que, tendo marcado a década de quarenta do século passado, de novo se incrementa na parte final do século.

Guimarães era, na segunda metade de Oitocentos, um município marcado por uma grande vitalidade que lhe advinha da industrialização crescente, designadamente de uma concorrência forte em torno da afirmação da indústria têxtil. Uma indústria que, se por um lado prolongava uma complementaridade entre os sectores produtivos primário e secundário, através de pequenas unidades de produção a domicílio que produziam para um mesmo comerciante de quem dependiam, por outro lado dava lugar a grandes unidades de produção, concentracionárias de uma diversidade/complementaridade de actividades produtivas, funções e estatutos sócio-profissionais.

Todavia, com excepção da indústria têxtil que em certos locais começava a evoluir para essas grandes unidades de produção, resultantes de uma concentração financeira e de um actualizado investimento tecnológico, a indústria da região de Guimarães, bastante diversificada e com uma grande tradição nos mesteres e corporações medievais e modernos, era de pequena oficina e incorporava uma grande presença do regime artesanal e de pequena oficina doméstica. A agricultura, articulando as culturas de sequeiro com as de regadio a que se associava uma grande produção vitivinícola, continuava a processar-se pelos meios mais artesanais e a beneficiar de uma grande afluência de mão-de-obra humana disponível. Na cidade de Guimarães e nos centros urbanizados de uma parte das freguesias circundantes,

havia um comércio fixo bastante próspero, a que se juntavam feiras de época, muito concorridas. Os sectores de serviços, o sector financeiro e administrativo, bem como a burocracia crescente constituíam uma actividade económica e social em franca expansão. A prosperidade de grande parte dos sectores aristocratas, oligarcas e burgueses, ancorados numa grande tradição de familiarquia, ficava deste modo a dever-se a uma complementaridade de réditos oriundos da agricultura, da indústria e/ou do comércio e de probendas do exercício de uma actividade jurídico-administrativa. Para finais do século XIX e como forma de fazer face à concentração industrial, atraindo e mobilizando capitais internos e capitais do exterior, designadamente da emigração, desenvolve-se uma intensa actividade bancária.

3. AS INICIATIVAS LOCAIS NA PROMOÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, O CASO DE GUIMARÃES

Este quadro interno, reflectindo algumas assimetrias entre o rural e o urbano, inclusive ao nível dos melhoramentos técnicos e viários, assimetrias económicas e assimetrias sociais, deixando algumas franjas da população servil rural e da população fabril no limiar da subsistência, não deixa de reflectir-se ao nível cultural, designadamente no domínio da instrução pública. Muito embora se continue a desconhecer parte da realidade, no que se refere aos níveis e às formas de apropriação da cultura escrita por parte da maioria da população, e muito embora também tais estudos não possam continuar a fazer-se centrados exclusivamente na escolarização ou na sua ausência, a verdade é que se podem admitir índices muito baixos de alfabetização, fora do quadro urbano e fora das aristocracias e oligarquias que dominavam as freguesias rurais.

Confrontados com índices muito baixos de alfabetização para a segunda metade do século XIX, quando a Europa industrializada do Norte, os Estados Unidos da América e mesmo os Países circunvizinhos do Mediterrâneo desenvolviam políticas massivas de alfabetização, os estadistas e os sectores mais críticos da Sociedade Portuguesa, não deixaram de preocupar-se, sobretudo na sequência do *Censo da População de 1878*, que revelava taxas globais de analfabetismo

próximas dos oitenta por cento. A resposta continuava a esperar-se através do fomento da escolarização, uma política cheia de atribulações, recuos e irregularidades que marca de uma forma extraordinariamente positiva os textos legais posteriores à Revolução Liberal, mas a que correspondeu uma parquíssima ou mesmo nula implementação prática.

Na viragem para o último quartel de Oitocentos, associando-se a novos incrementos no sector industrial e no urbanismo, bem como a uma tentativa de fomento da produção agrícola, reflexo e consequência do que se vem designando de Segunda Revolução Industrial, a que para o caso peninsular não deixava de associar-se uma preocupação atinente a interromper uma visão escatológica e decadentista das sociedades peninsulares, fomenta-se uma política descentralizadora da instrução pública. Multiplicam-se os apelos à iniciativa particular e local, dadas por um lado as dificuldades do erário público e, por outro lado, a ausência de móveis e de estímulos que atraíssem as crianças, adultos e/ou progenitores à escola. Estadistas como D. António da Costa que justamente viria a ser distinguido com a honra de sócio honorário pela Sociedade Martins Sarmiento e como Rodrigues Sampaio, não deixaram de louvar, fomentar e legislar no sentido de um grande empenhamento dos poderes públicos e das iniciativas locais no fomento da instrução, deixando os seus nomes consagrados nas leis de 16 de Agosto de 1870, 2 de Maio de 1878 e 28 de Julho de 1880.

4. SOBRE A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO

Eis o enquadramento local e nacional do surgimento da Sociedade Martins Sarmiento, com sede em Guimarães, difundindo sócios pelo País e pelo estrangeiro e, tornando-se o émulo de outras que se fundaram pelo País, designadamente na Guarda.

A sessão inaugural data de 20 de Novembro de 1881 e fora presidida pelo Dr. José da Cunha Sampaio, tendo desde logo adoptado como patrono o já então justamente célebre arqueólogo Martins

Sarmento, em cuja honra se abria a Sociedade e adoptado como objectivo fundamental a Promoção da Instrução Popular no Concelho de Guimarães.

De facto, constata-se hoje através dos vários testemunhos que ficaram e que se cruzam, a ausência de uma política por parte do município vimaranense, capaz de corresponder positivamente aos desafios da instrução pública na segunda metade do século XIX. Isto se comprova com as dificuldades e atrasos no concurso ao legado do Conde Ferreira e através do vazio das decisões tomadas pela Junta Municipal para a Instrução Pública, reunida pela primeira vez a 7 de Novembro de 1881 e constituída por individualidades distintas, designadamente o Conde de Margaride, o Dr. Alberto Sampaio e o Padre António José Ferreira Caldas. Com efeito, no final do primeiro ano de existência, para além de apresentar um Plano de Escolas, a sua acção havia-se limitado a dar um ou outro parecer sobre colocações de professores e a nomear os seus Delegados Paroquiais.

A rede escolar continuava bastante reduzida, de meados do século até o final da década de oitenta subira de 11 para 19 escolas, 5 das quais do sexo feminino e em paróquias que já tinham escola masculina. Um crescimento que resultara em grande parte do contributo de particulares, nomeadamente: João Antunes Guimarães que criara e continuava a sustentar a escola do ensino primário da freguesia de Briteiros, Maria Alexandrina Vieira Marques que ofereceu e doou ao Estado a casa que construiu para as escolas do sexo masculino e do feminino de S. Martinho de Sande; o Padre José Joaquim Gomes que estabeleceu, dirigia e apoiava a escola de instrução primária das Caldas de Vizela; o Comendador Manuel da Cunha Guimarães Ferreira que instituiu e dotou a escola do ensino primário de S. Martinho do Conde – cito estes nomes porque a Sociedade Martins Sarmento veio a distingui-los como seus sócios honorários, na Assembleia Geral de 1 de Junho de 1882, justamente pela causa da instrução pública. Nessa mesma assembleia fora recordado que os comendadores António José Fernandes Guimarães e Justino José Fernandes, haviam legado respectivamente as quantias de

um conto de réis e de quinhentos mil réis para a construção das escolas de S. Martinho de Gondomar e de S. Tiago de Lordelo.

É esta a conjuntura em que os sectores mais esclarecidos da sociedade vimaranense assumiram claramente uma estratégia desenvolvimentista, orientada para o fomento da instrução, para os melhoramentos técnicos ao nível da produção agrícola e industrial, associando-se para criarem a desenvolverem a Sociedade Martins Sarmiento. Atentos à movimentação dos principais pólos industrializados da Europa, fomentaram a transversalidade da mecanização e do saber-fazer, lançando cursos de formação científica e técnica, implementando uma política de envio de técnicos ao estrangeiro e de exposições de divulgação e de propaganda dos avanços técnicos ao nível da agricultura e da indústria.

O lema e o quadro de acção, para além da consagração e da perpetuação da obra e do nome de Martins Sarmiento, pela preservação e exposição dos materiais arqueológicos e museológicos, foram bem sistematizados pelo Padre Dr. Avelino Guimarães, espírito liberal e voltado para o progresso, animador incansável da causa que a todos deveria desafiar e mover: «que o inimigo a combater são as trevas da ignorância que escurecem os olhos do espírito do elemento popular e as armas de combate o livro, a palavra, a escola, o conhecimento dos novos progressos da arte, brunidas ao esplendido sol da civilização e do progresso que ilumina o século actual» (20.9.1881). Assim ficava reforçada a intenção constante do Relatório de Instalação apresentado pelo Dr. José da Cunha Sampaio, primeiro Presidente da Sociedade, que depois de ter justificado o modelo de estrutura associativa e a prudência que assistia ao seu lançamento, resumia assim o quadro presente. «Dar à associação, por melhor título de nobreza, o nome do nosso patrício, com previa autorização que podemos, conseguir, inaugurá-la no dia 9 de Março, seu aniversário natalício, e fixar para este dia os actos mais solenes em homenagem perpetua; estabelecer como um dos fins principais o desenvolvimento da instrução deste concelho, em que tanto se sente a falta de instrução, digo, de institutos de instrução secundária; acudir à nossa

indústria com escola ou escolas profissionais, que inoculem no espírito dos nossos industriais, naturalmente aptos, as indispensáveis noções dos novos progressos da arte, para deste modo se levantar a indústria de Guimarães às condições de sustentar concorrências estranhas: tais são os fins indicados mais ou menos explicitamente, no projecto de estatutos que temos a honra de oferecer à vossa patriótica e inteligente apreciação» (20.9.1881).

Estava lançado o quadro de acção, era necessário agir de forma concertada nestas várias frentes: a instrução pública, a biblioteca, o museu e a investigação arqueológica, a promoção dos avanços tecnológicos. Os estatutos, cuja base matricial ainda hoje se mantém apesar de uma definição de algumas funções, na versão de 1953, foram organizados e aprovados de forma suficientemente ampla para permitirem o desenvolvimento das diversas áreas e capitalizarem todas as iniciativas. A Direcção, eleita cada três anos, para além de integrar o Presidente, integra um Director para cada uma das áreas fundamentais.

Mas seguramente uma das maiores virtualidades dos Estatutos então aprovados era permitir que estas áreas prioritárias fossem ajustadas mediante as necessidades e o sentido de oportunidade. Assim na Sessão de 10 de Outubro de 1882, foram nomeados o director da Comissão Escolar e o director da Biblioteca.

Esta mesma política cultural era consagrada mais tarde, a propósito dos sócios honorários, assim erigidos por haverem prestado serviços relevantes aos fins da sociedade, designadamente: «1º a publicação por cidadão vimaranense de obra de reconhecido mérito sobre qualquer ramo de ciência, literatura ou arte; 2º a publicação de obra de instrução de reconhecido e subido merecimento; 3º a fundação ou dotação perpetua neste concelho de escola ou qualquer instituição de instrução pública, científica, literária, de belas artes ou profissional; 4º a doação de um certo número de volume de obras diversas sobre ciência, literatura ou arte a qualquer biblioteca pública do concelho, que se julgar de suficiente valor; 5º qualquer outro donativo, fundação ou serviço de igual importância à dos supra

mencionados, conducente aos fins desta sociedade» (Assembleia Geral de 1.7.1882).

5. ÁREAS PRIORITÁRIAS E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE ACÇÃO

Os primeiros dez anos de acção da Sociedade ficaram marcados como se disse por uma acção concertada, pluridimensional e organicamente diferenciada, dada a diversidade de instrumentos e meios de acção implementados. O fomento da instrução pública através da acção directa fora uma das principais estratégias adoptadas pela Sociedade, designadamente no triénio iniciado em 1884, sob a presidência do padre Dr. Avelino Guimarães. Eis de forma sumária uma análise dos seus principais instrumentos de acção, cujo processo de criação seguia, de uma forma geral, os mesmos passos metodológicos: aprovação da ideia em reunião de Direcção; nomeação de uma Comissão para o estudo de viabilidade; proposta de um regulamento; apresentação e aprovação do regulamento; abertura das actividades. Estes instrumentos de acção revelam toda a vitalidade, empenho e capacidade de mobilização do núcleo fundador que com grande sabedoria e fé na causa comum, congregava os melhores e mais distintos especialistas de cada uma das suas frentes de acção.

5.1. A biblioteca fora a primeira grande iniciativa organizada pela Sociedade. É um processo bidireccional, uma vez que a Direcção da Sociedade, naturalmente vocacionada para a difusão da cultura, pressionou a Câmara Municipal para que usasse das suas prerrogativas e assumisse a fundação de uma biblioteca municipal, nos termos do Regulamento com força de lei de 20 de Janeiro de 1871, ao que esta acabaria por contrapor que a Sociedade Martins Sarmiento era a entidade mais adequada ao desenvolvimento de tal iniciativa, podendo contar com o apoio da Câmara Municipal. Assim aconteceu de facto pelo que em conformidade com o acordo estabelecido entre as partes a Câmara Municipal contribuiria com o mobiliário e com uma contribuição financeira, para além de se comprometer a depositar todos os seus fundos bibliográficos, na referida biblioteca. O entendimento entre as partes foi bastante facilitado por se tratar de uma causa nobre e por contar com a intermediação dos Drs. Alberto

Sampaio e padre Avelino Guimarães. Destarte, na Assembleia Geral de 1 de Junho de 1882, fora possível aprovar os Estatutos da Biblioteca, sediada no edifício da Sociedade e simultaneamente municipal e popular.

O horário viera mais tarde a ser acordado entre duas partes, quer para leitura presencial, quer para leitura domiciliária.

5.2. A segunda grande iniciativa da Sociedade e jamais com prejuízo da Biblioteca, fora a criação do Instituto Escolar, em cujo processo se tornara relevante o acordo entre a Sociedade Martins Sarmiento e os professores do extinto Colégio das Hortas, com data de 1.10.1882. Uma vez encerrado o referido Colégio, os professores dirigiram-se à Sociedade Martins Sarmiento que assim se comprometera a facultar salas para as aulas e a criar uma estrutura de enquadramento para estas actividades – o futuro Instituto de Instrução Primária e Secundária, cujo gérmen seriam esses mesmos professores. Os alunos pagarão uma mensalidade, sendo também admitidos alunos a título gratuito. Como se verá mais tarde, estava lançado o gérmen do futuro liceu de Guimarães.

Na reunião geral de 7 de Novembro do mesmo ano, fora aprovado o Regulamento para o Instituto Escolar, criado pela Sociedade Martins Sarmiento e «destinado ao ensino da instrução primária elementar e complementar, e das diversas disciplinas que constituem o curso geral dos liceus nacionais». A Sociedade assegura a nomeação dos professores, um delegado escolar e um tesoureiro, escolhidos de entre os membros da Direcção da Sociedade, bem como um contínuo.

O Instituto Escolar assumia uma grande autonomia pedagógica a partir da acção do Conselho Escolar, que deliberava sobre métodos e compêndios. Consequência desta autonomia, era aprovado um detalhado regulamento escolar e, na sessão de 15 de Dezembro de 1882, fora aprovada a proposta de exames trimestrais naquele Instituto. Um projecto de liceu que aliás contempla uma das metas político-educacionais, as propaladas em final do século passado, a

integração da instrução elementar e da instrução liceal, num mesmo edifício e num mesmo corpo administrativo e pedagógico.

5.3. Mas a política de fomento da instrução pública não se esgotava nesta substituição do erário público, assumindo o pesado ónus de congregar esforços em torno de uma sequencialidade instrutiva, desde a instrução elementar à liceal. Com efeito, um grande debate que se travou durante a segunda metade do século XIX, não apenas em Portugal, colocava em alternativa ou a universalização da instrução elementar ou a verticalização da instrução pública, em torno da instrução secundária, profissionalizante e/ ou pré-universitária, mesmo que destinadas a uma minoria. Um desafio que mobilizaria, quer os poderes centrais, quer a opinião pública e os poderes locais. Qual dos dois investimentos se revelaria mais gratificante e mais fértil para o Estado se justificar, intervindo perante as economias e as sociedades industrializadas e mercantilizadas de Oitocentos?

A Sociedade Martins Sarmiento, após esta congregação da instrução elementar, complementar e liceal, num mesmo Instituto, optou por diversificar esclarecidamente as suas frentes de acção educativa e instrucional, pelo que, uma vez criado e em funcionamento o Instituto Escolar, que incluía a instrução elementar, complementar e secundária (liceal), criou cursos técnico-profissionais, nocturnos e diurnos, diferenciados para um e outro sexo e destinados preferencialmente à formação de públicos especializados.

O primeiro desses Cursos e provavelmente um dos mais relevantes foi o **Curso Nocturno de Desenho Profissional**, compreendendo desenho linear, desenho de ornato e de figura. Este curso destinava-se a «indivíduos que exerçam alguma indústria nesta cidade ou concelho há mais de um ano; e os filhos de qualquer destes indivíduos, que se destinem ao exercício de qualquer indústria, até a idade de quinze anos». A todos os alunos era exigido que soubessem ler e escrever. Este Curso, com aplicação às artes, tinha sido proposto na reunião de 9 de Agosto de 1882. O elevado significado deste Curso veio a ser reconhecido com a atribuição anual do prémio instituído por Martins Sarmiento, no valor de 18\$000 a ser consignado «ao aluno da

aula de desenho nocturno, que maior adiantamento e melhor comportamento manifestar durante o ano» (Sessão da Direcção de 24.1.1883). Este Curso compreendia duas classes, 1ª e 2ª classe, conforme o adiantamento dos alunos.

Um segundo curso, igualmente inovador e que se debateu, numa primeira fase com alguma falta de público, fora o **Curso Nocturno de Língua Francesa**. Também este curso se destinava preferencialmente a industriais e seus filhos, aprendizes ou oficiais até a idade de 15 anos bem como a quaisquer outras pessoas, sendo todavia preferidos os industriais.

Estes cursos destinados a industriais e a futuros técnicos, vieram mais tarde a ser instalados junto da Escola Industrial, cuja criação mais uma vez contou com o empenho da própria Sociedade Martins Sarmiento, cujas instalações foram temporariamente franqueadas, na fase inicial de instalação. Aliás o professor de desenho fora logo colocado na Escola Industrial Francisco de Holanda.

5.4. No fomento da Instrução Elementar e Complementar, a acção da Sociedade Martins Sarmiento foi uma vez mais pluridireccional, para além de sustentar as suas próprias classes. Criação de prémios anuais e de bolsas para alunos pobres, atribuídos os primeiros através de um concurso público organizado com o apoio dos professores das escolas oficiais e particulares de todo o concelho. Estes prémios eram entregues em 9 de Março de cada ano. Ainda e mediante as condições orçamentais, eram fornecidos livros e material escolar aos alunos pobres do concelho.

Em 1882, a Sociedade criou um Curso Nocturno de Instrução Elementar, para além de manter pelo menos duas Cadeiras, uma para a Instrução Elementar e outra para a Instrução Complementar no Instituto Escolar.

Todavia, como se verá, a partir de 1892, a Sociedade Martins Sarmiento, já liberta da acção directa no plano da instrução secundária (liceal e técnica) assume uma nova estratégia no fomento da Instrução Elementar, consciente da lentidão com que o processo de universalização da leitura e da escrita se alarga de forma equilibrada a

todo o concelho, por um lado, e assumindo por outro lado ser o processo de escolarização uma acção muito onerosa do ponto de vista financeiro, pelo que cede ao processo de centralização de novo encetado pelo estado, a partir da década de noventa e adere decisivamente e uma vez mais pela iniciativa de Avelino Guimarães, ao Movimento das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, como meio para a iniciação à leitura é à escrita. Não obstante, no decurso destes dez anos, a rede escolar de Guimarães crescia de 13 para 20 escolas, mantendo-se contudo por aprovar superiormente o Plano Escolar Municipal, concluído em 1882.

Ainda no âmbito da política escolar, a Sociedade sempre franqueou as suas salas para a realização dos Exames da Instrução Elementar e para as Conferências Pedagógicas.

5.5. Cedo a direcção da Sociedade Martins Sarmiento tomou consciência do abandono a que estava votada a educação da mulher, designadamente da mulher-trabalhadora e com ela certas tarefas da produção, manufactureira e industrial. Esta decadência forçava à importação de parte significativa dos materiais a incorporar na indústria têxtil. Assim, em Dezembro de 1884 a Direcção solicita o apoio de uma Comissão de Senhoras para «dar parecer sobre a conveniência e modo de animar e desenvolver as três indústrias femininas, fio de linha, renda de linha e linha encrespada» (Livro respectivo). A Comissão viria a propor a realização de um concurso com atribuição de prémios, a organização de um bazar para venda de oferendas e da produção e, por fim um curso - uma Escola de Renda, em cujo programa propunha fosse incluída uma disciplina de desenho. Esta iniciativa foi levada à prática no período do Natal de 1884, vindo posteriormente a Sociedade Martins Sarmiento a apoiar iniciativas congéneres, em parceria com a Escola Industrial Francisco de Holanda.

5.6. Um outro instrumento a que a direcção da Sociedade deitou mãos para a consecução dos seus objectivos, fora a **criação de um periódico**, que fora pela 1ª vez proposto na sessão da Direcção de 15 de Abril de 1882, destinado à «vulgarização de conhecimentos práticos». A **Revista de Guimarães** viera a ser criada por proposta

aprovada na reunião da Direcção de 19 de Dezembro de 1882, «como meio fácil e eficaz de vulgarizar a ciência, os conhecimentos úteis em todos os ramos da actividade humana». A proposta voltara à discussão na sessão de 15 de Janeiro de 1883, vindo a ser adiada.

A proposta, cujo questionário fora elaborado pelo processo seguido noutras iniciativas, viria finalmente a ser discutida na especialidade na reunião da Direcção de 27 de Janeiro de 1883, sendo o Regulamento da Revista de Guimarães – «órgão da Sociedade Martins Sarmiento, promotora da instrução no Concelho de Guimarães», aprovado na Assembleia Geral de 7 de Fevereiro de 1883 (cf. Livro de Actas).

A partir de 1894 é autonomizado o «Boletim da Sociedade Martins Sarmiento, ampliando o seu quadro e mantendo a Revista de Guimarães». O Boletim para além de noticiar as actividades da direcção, conterà «notícias de tudo quanto se refira a coisas de instrução, quer sejam actos praticados pela nossa Sociedade, quer por outras quaisquer corporações ou indivíduos».

5.7. A política intervencionista da Sociedade Martins Sarmiento nesta primeira década de existência, esteve ainda focalizada na preservação das estações arqueológicas, no fomento das escavações, na instalação e exposição de todos os materiais museológicos oriundos das mais diversas origens, geográficas e técnico-científicas. Neste sentido, foram criadas as instalações definitivas do Museu Arqueológico.

A Sociedade fomentou de igual modo a difusão técnica e cultural através de visitas de estudo e de exposições-feira. Neste âmbito manteve relações constantes com a Sociedade de Instrução do Porto de que era Secretário Joaquim de Vasconcelos; manteve contactos com congéneres estrangeiras, designadamente brasileiras e assumiu a realização da Exposição Industrial de Guimarães de 1884. Esta exposição começara a ser preparada na Sessão da Direcção de 4 de Dezembro de 1883 de onde saíra uma circular para todos os eventuais interessados.

A Sociedade vibrou com a política interna e externa do País, estando atenta às medidas legislativas que vinham ao encontro das

suas preocupações, designadamente no domínio da Instrução Pública, congratulando-se e rejubilando com a criação da Escola Industrial, motivo de constante pressão por parte da Direcção da Sociedade junto do poder central.

Um outro processo que absorveu e mobilizou o melhor da Sociedade fora a reorganização da Colegiada e a criação do Pequeno Seminário-Liceu. Um processo demorado e nada pacífico, uma vez que viera substituir em grande parte o Instituto Escolar da Sociedade Martins Sarmiento, pelo que a Direcção da Sociedade entendia dever participar no processo de organização curricular, garantia de instalações e nomeação dos professores, a fim de dar por concluída a sua acção neste sector da instrução pública.

Também com a criação da Escola Industrial, iam sendo gradualmente transferidos para aí os Cursos da Sociedade Martins Sarmiento, como se referiu.

Mas estes dez primeiros anos ao serviço da Sociedade e do Concelho de Guimarães, ficaram também marcados por um grande incremento de realizações culturais no Teatro Afonso Henriques e outras iniciativas. A Sociedade Martins Sarmiento assumiu neste sentido um papel de organização, difusão cultural e mobilização da população para iniciativas culturais de diversa natureza.

O seu alto empenhamento cívico não deixou de manifestar-se também quando do Ultimato Inglês.

6. Acompanhando o desenvolvimento da Sociedade Martins Sarmiento durante estes primeiros dez anos de vida, incluindo o processo de fundação, fica-se informado sobre a amplitude e a justeza dos seus objectivos no fomento da educação e da cultura, junto dos mais diversos públicos, como factor de progresso económico e social, fica-se devedor de um preito sobre a tenacidade dos seus fundadores, incansáveis na superação das múltiplas dificuldades que tiveram de enfrentar, mas não pode deixar de concluir-se que com esta primeira década de existência, a Sociedade Martins Sarmiento encerra o seu primeiro ciclo histórico. Foram múltiplas as iniciativas em que esteve empenhada, mas seguramente há alterações de estratégia, muito

embora se mantendo voltada para os mesmos objectivos e continuando estruturada sob a mesma base estatutária.

No período que então terminava, a Sociedade Martins Sarmiento diversificou de forma concertada todas as suas frentes de acção: criou instalações próprias; instituiu a biblioteca, simultaneamente municipal e popular; criou o Instituto Escolar destinado à instrução primária elementar e complementar, e ao ensino das diversas disciplinas que constituem o curso geral dos liceus nacionais, que assim decorriam sob uma lógica integradora; criou um Curso Nocturno de Desenho Profissional; criou um Curso Nocturno de Língua Francesa; criou um Curso Nocturno de Instrução Elementar e outro de Instrução Complementar; lançou uma “Escola de Renda”; criou um periódico para a vulgarização de conhecimentos práticos – A Revista de Guimarães a que mais tarde associou o Boletim da Sociedade Martins Sarmiento, ampliando o quadro da Revista e destinado a uma maior difusão, designadamente na temática da instrução; recolheu, fomentou a pesquisa, preservou e criou condições de exposição para os materiais museológicos e arquivísticos oriundos das escavações de Sabroso e Briteiros e oriundos também das mais diversas partes do País e do estrangeiro, assim nasceu o Museu Arqueológico; manteve-se em relações constantes com as suas congéneres nacionais e estrangeiras.

Todavia como acabámos de demonstrar, ao perfazer cerca de dez anos de intensa actividade voltada para a acção educacional directa, a Sociedade Martins Sarmiento, com um balanço altamente positivo da sua acção, encetava novas estratégias para a consecução de um mesmo rumo – a promoção da educação e da cultura. Deste modo, cerca de uma década após a Sessão Geral de 20 de Setembro de 1881, em que foram aprovados os Estatutos, estava concluído o primeiro grande ciclo de vida – o seu primeiro ciclo histórico.

Com efeito, no domínio da difusão cultural, viria a ser criado, em 1894, o **Boletim da Sociedade**, como se referiu, em muito como consequência do abandono gradual da acção directa no fomento e manutenção da Instrução Pública. De facto, com a criação do Seminário-Liceu, com a criação da Escola Industrial, com a

centralização da política educativa para a instrução elementar, reduzindo a esfera de acção das instâncias de fomento local, a Sociedade, que não enjeita a sua vocação inicial é confrontada com a necessidade de ensaiar novas estratégias.

A Sociedade Martins Sarmiento manter-se-á na vanguarda do progresso e da mudança, fomentando cursos científico-profissionais não escolares; fomenta uma política de leitura; difunde informações úteis, análises, reflexões e projectos a partir do seu Boletim. Abandonada a acção directa, no domínio escolar, uma acção muito desgastante e onerosa que levou várias vezes a Sociedade a adiar os seus compromissos financeiros por falta recursos disponíveis, a Sociedade Martins Sarmiento, continua a honrar os seus compromissos e a cumprir as suas funções de academia urbana, científica e humanística, voltada para a cultura e para a educação, com sentido de constante renovação.

Que haverá melhor lema para esta secular instituição que o de uma academia, centrada e ao serviço da sua cidade, voltada para o cosmopolitismo da cultura, do progresso e da civilização? Teriam desejado melhor sorte Platão ou Isócrates, que tanto amaram e engrandeceram a sua Atenas, que aquele núcleo de intelectuais e homens-bons, que em 1881, comprometem o seu tempo e as suas vidas com uma causa pública tão nobre como sorvedora de tempo e de energias?

Caros Membros da Sociedade Martins Sarmiento, mais de um século depois, honram-vos a memória, o espírito e a obra dos vossos antepassados, designadamente esse núcleo de fundadores, cada um buscando por seus meios ampliar e sedimentar a obra colectiva. Tinha de ser um projecto para durar, a forma como hoje interpelamos as palavras eruditas e plenas de futuro com que, designadamente José Sampaio ou Avelino Guimarães se dirigiam aos seus associados e à sociedade em geral, a forma prudente, cautelosa e alargada, mas também intrépida e obstinada, com que se congregaram em torno de uns Estatutos, que na sua essência são ainda os vossos, não podem deixar de inquietar-vos e desafiar-vos em termos de futuro. Oxalá

continue ao vosso alcance a realização de tão nobre e útil função, quando um século depois, tanta incerteza povoa os nossos espíritos e de novo se focalizam as nossas esperanças na cultura e na educação, remetidas uma vez mais para a iniciativa particular e societária.

Uma palavra final para agradecer e engrandecer a acção do vosso prestimoso Presidente Dr. Santos Simões, testemunho de uma vida votada à causa comum e cuja amizade tanto me honra, a quem agradeço encarecidamente esta oportunidade que me facultou. Fi-lo consciente das minhas limitações e reservas, fi-lo procurando sedimentar a ideia que a história das instituições, como a história das pessoas é uma parte integrante do seu quadro vital e do seu quadro estratégico. Fi-lo para honrar a vossa causa e desafiar alguém para escrever essa história secular, rica de iniciativas e de projectos. Agradeço de igual modo à Dra. Maria José que tornou possível que a minha limitação de tempo se convertesse no pequeno texto que vos acabo de ler e para o qual pedi a vossa tolerância, porque muito mais poderia e deveria ser dito, assim o tivesse sido eu capaz.

(Este texto foi produzido a partir de documentação existente no Arquivo da Sociedade Martins Sarmiento)